

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1639/XIII/3.^a

Requalificação da Escola Secundária de Esmoriz

O PSD já denunciou por diversas vezes a opção política assumida por este governo de aumento da carga fiscal, que em 2017 atingiu 34,7% do PIB, tendo aumentado num só ano 0,4 pontos percentuais e a escandalosa diminuição do investimento público que, a par de uma agressiva política de cativações, foi e está a ser desenvolvida. Nunca a sociedade pagou um preço tão elevado para ter acesso aos bens providenciados pelo Estado como em 2017, com a agravante que nunca se registou uma tão clara diminuição da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Na educação, se em 2016 a execução do investimento no programa orçamental do ensino básico e secundário foi sujeito a um corte de 65,7% face a 2015, em 2017, a estimativa de não execução do investimento face ao inicialmente orçamentado foi de quase 50%. Esta opção de “controlar” por baixa execução ou sistemático adiamento de decisões políticas reflete-se no dia-a-dia das escolas e dos alunos, que se veem confrontados com ausência de condições físicas e materiais nas escolas que colocam em causa a qualidade do serviço de educação aos alunos.

O Governo tentou nos últimos anos ocultar o desinvestimento público central através dos investimentos previstos com recurso a fundos comunitários – isto depois de ter chantageado as Câmaras municipais para garantir o cofinanciamento da contrapartida nacional no âmbito do Pacto Territorial para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da prioridade de investimento 10.05 do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020-, mas não só permanecem sem qualquer resposta ou plano para as escolas que foram preteridas e esquecidas nestes anos, como ainda tardam em ser calendarizados e iniciadas as obras previstas no Pacto.

Na escola secundária de Esmoriz, os mais de 600 alunos e 100 professores e funcionários são vítimas dessa opção e falta de estratégia. A escola, com mais de 30 anos, encontra-se em condições degradadas que põem em causa a segurança da

comunidade que serve. Para além dos problemas de insalubridade, de falta de espaço e condições condignas verifica-se também a desadequação e mau estado da rede de canalizações, da rede elétrica e a deficiente localização dos depósitos de gás.

De facto, tratam-se de inaceitáveis condições de funcionamento e riscos a que são sujeitos os alunos, professores, técnicos e assistentes administrativos e operacionais que põem em causa a qualidade do serviço público de educação e a segurança da comunidade educativa e que importa corrigir.

A Câmara Municipal de Ovar, pese embora a responsabilidade por esta escola seja exclusiva do Governo, face à premência e urgência na resolução deste problema e perante a inação do Ministério da Educação, no âmbito das suas competências e do Plano de Ação para a mandato autárquico 2017/2021, já informou o Ministério da Educação da sua disponibilidade de assumir na íntegra o investimento inerente à comparticipação nacional da despesa pública resultante de uma intervenção requalificação no âmbito do quadro Portugal 2020, através do envio nos primeiros dias de Maio de uma declaração de intenção do Município à semelhança de outros procedimentos adotados pela autarquia, no passado recente. A autarquia está, pois, na disposição de assumir a totalidade da componente financeira nacional e ainda a realização do projeto da obra.

Assim, urge obter do Ministério da Educação uma resposta positiva que vá ao encontro das necessidades da comunidade educativa e da disponibilidade da Câmara Municipal de Ovar.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, recomendam ao Governo que:

Programe no âmbito do Portugal 2020, rapidamente, a requalificação da Escola Secundária de Esmoriz, nas condições apresentadas pela Câmara Municipal de Ovar, no sentido de garantir que esta possa providenciar à comunidade educativa as condições indispensáveis para uma escolaridade de qualidade e em segurança.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2018

Os deputados do PSD